

Debates sobre racismo e branquitude marcam 14º Encontro Feminista Latinoamericano e Caribenho

Geledés no 14º Encontro Feminista Latinoamericano e Caribenho
23 a 25 de novembro - Montevideu/Uruguai

Três dias, mais de 2.060 mulheres credenciadas, 82 atividades autogestio- nadas, 30 países, 10 eixos temáticos de debate com suas respectivas assem- bleias, múltiplas manifestações culturais e um incontável número de reuniões paralelas. Assim foi o **14º Encontro Feminista Latino-americano e Caribenho**, ocorrido entre 23 e 25 de novembro em Montevideu, no Uruguai, com o tema **“Diversas mas não dispersas”**.

Pela primeira vez em 36 anos, os debates sobre racismo no interior do feminismo e como os privilégios vivenciados por brancas ou não negras/ in- dígenas são entraves para a efetiva emancipação das mulheres e reforçam as desigualdades sociais compuseram um eixo temático do Encontro.

Os principais objetivos do Encontros Feministas (EFLACs) são: contribuir com o fortalecimento da democracia na América Latina a partir da incorporação dos direitos humanos das mulheres nas agendas dos Estados e das sociedades, desde uma perspectiva feminista, e propiciar um espaço de discussão troca de experiências e vivências entre as diversas expressões do movimento feminista da América Latina e Caribe, como parte da sociedade civil organizada.

Neste 14º EFLAC o eixo 2 tratou do tema **“Racismo e Discriminação: Inter- seccionalidade das opressões e das lutas”**. Em debate, identidade racial e de gênero, vozes e expressões da resistência, corpos racializados, epistemologias feministas, empoderamento da estética negra, reconhecimento dos saberes ancestrais e a construção de subjetividades. Durante dois dias cerca de 100 mulheres negras, brancas e indígenas se reuniram para debater as múltiplas dimensões do racismo, os privilégios da branquitude, que questões o racismo coloca para o futuro dos feminismos hoje e que estratégias devem ser cons- truídas para enfrentar coletivamente o racismo no interior do movimento de mulheres e na sociedade.

Mulheres da Venezuela, Haiti, República Dominicana, Colômbia, Panamá, Peru, Argentina, Brasil, Bolívia, Guatemala e Porto Rico, com a participação também da queniana e presidenta do Fundo Global para Mulheres (Global Fund for Women), Muzimbi Kanyoro, discutiram o exercício de poderes dos quais se beneficia também o feminismo não negro ao desconhecer as demandas das mulheres negras que desnudam as desigualdades de classe e raça existentes mesmo entre a parcela feminina da população. O nutricídio (homicídio provocado por alimentação) levado adiante pelos países capitalistas por meio do uso de agrotóxicos em larga escala que contaminam populações inteiras e afetam mais duramente os segmentos populacionais mais pauperizados (em sua maioria ne- gros) também foi enfatizado. Além de temas como impactos dos mega-empre- endimentos, saúde mental e física, combate à exotificação dos corpos e cabelos negros, feminismo indígena e decolonial.

Alice Esquivel, representante do Diálogo Político de Mulheres Afro-uruguaias e da UAFRO (União dos Universitárias, Técnicos e Pesquisadores Afro-uru- guaios), ressaltou que “o diálogo foi o ponto de partida do encontro passado, mas o documento não trazia nenhuma palavra sobre nós e as indígenas. Ao ques- tionarmos, a resposta foi de problema financeiros. As perguntas que se colocam ao feminismo são: qual o conceito de igualdade de gênero que se prega, por que se não se efetiva a igualdade, entre quem e para quem? Ou não chegaremos lá”.

Coordenadora Executiva do Geledés – Instituto da Mulher Negra e participante da Marcha das Mulheres Negras de São Paulo, Nilza Iraci lamentou a par- ticipação de tão poucas mulheres brancas numa assembleia sobre branquitude, “o que compromete

o diálogo sobre o que se propõe para o feminismo do século XXI”. Falou sobre a armadilha da maneira indiscriminada como utiliza-se o conceito de “diversidade” desde uma perspectiva pós-moderna, “como se fossemos todas iguais, em raça, classe, cor e sexualidade, o que não é verdadeiro. As questões que esta assembleia coloca não são mais para nós, mas para o movimento feminista como um todo. Por- que nós mulheres negras estamos avançando, independente do reconhecimento das mulheres brancas. E vamos continuar avançando, com ou sem elas”.

Neon Cunha, ativista transfeminista independente que atua na Marcha das Mu- lheres Negras em São Paulo, chamou a atenção para a necessidade de debater que “a cisgeneridade é tão toxica quanto a branquitude. Reduziram nossos povos e nações da condição de rainhas e reis a corpos e raças, e a cisgeneridade faz o mesmo que a branquitude quando o feminismo viola vidas deslegitimando-as, afirmando ‘que elas não foram socializadas como mulheres’. Quando se diz que uma mulher trans não é mulher, onde a colocamos? Quais vidas esse feminismo diz proteger e salvar? Se há privilégios que categorizam vidas, temos também a exclusão de vidas. E num país que é campeão em mortes de trans e travestis (como o Brasil), não se fala sobre saúde integral, mental, direitos sexuais e reprodutivos para a população trans”.

Coordenadora da região do Cone Sul da Rede de Mulheres Afro, a uruguiaia Vi- centa Camuso destacou que “nós incorporamos a agenda do movimento feminista, porque é nossa, mas o movimento feminista não incorporou ainda de forma natu- ral e sincera politicamente as nossas agendas de mulheres negras. É um desafio, mas o futuro nos coloca algumas questões muito importantes para a região, como racismo e democracia. Como o movimento feminista vai incorporar em sua de- manda por democracia o enfrentamento ao racismo, a participação cidadã de nós mulheres negras? A democracia só existe se é para todas. No Cone Sul estamos vivendo tempos difíceis nos quais o movimento feminista tem que incorporar o que ninguém gosta: falar de racismo, violência racial e estados racistas como Uruguai, Argentina, Chile, Brasil.

Para Muzimbi Kanyoro, “os obstáculos em nosso caminho não são problemas nossos (das pessoas negras). Quando as pessoas são racistas o problema é delas. Temos direito de que nada interfira em nossa sexualidade, que tenhamos oportuni- dades na saúde, na educação. Não queremos mudar a cor da nossa pele, mas sim as condições em que vivemos”.

Apesar da baixa participação de mulheres não negras e/ou indígenas, as que estiveram presentes assimilaram que “o simples fato de sermos mulheres brancas nos coloca num lugar de privilégio onde quer que estejamos e seja o que estiver- mos fazendo. É importante a autorreflexão e ter sempre muito mais cuidado, mas só a contribuição individual não vai resolver o problema, temos que enfrentar esse sistema que oprime e violenta as mulheres negras todos os dias, porque não pode haver feminismo revolucionário, transformador, democrático se esse feminismo não assimilar que o enfrentamento ao racismo merece nossa dedicação e compro- misso cotidiano. Não para ocupar o lugar de fala das mulheres negras, mas para junto com elas podermos dar um passo adiante para derrubar esse muro violento que é o racismo”, como afirmou a facilitadora da assembleia Schuma Schumaher.

O debate consolidou a compreensão de que o feminismo tem o desafio de ge- rar estratégias não só para “incluir” as mulheres negras, mas para afetivamente fortalecer este segmento populacional que vive a tripla opressão de raça, classe e gênero. Entre as proposições aprovadas consensualmente está a de que até o pró- ximo EFLAC as feministas brancas se reúnam para discutir os privilégios da bran- quitude, a necessidade de encarar a reprodução do racismo dentro do feminismo e posturas concretas para enfrentar e superar os mecanismos discriminatórios que ainda permanecem no interior do movimento de mulheres.

Nem uma a menos

No sábado, 25, o tradicional ato de encerramento do EFLAC mais uma vez se uniu à Marcha Internacional de Combate à Violência contra as Mulheres, que tor- nou-se também um grito continental por justiça para Brissa Gonzalez. A menina, de 12 anos, havia desaparecido na segunda-feira (20) pela manhã enquanto caminhava para a escola no bairro uruguiaio de Villa Española. Seu corpo foi encontrado na quinta-feira (23) com indícios de violência sexual.

O Dia Internacional de Luta contra a Violência à Mulher, 25 de novembro, cria- do como efeméride no 1º EFLAC, em Bogotá (Colômbia), em homenagem às irmãs dominicanas Minerva, Patria e Maria Teresa Mirabal – assassinadas em 1960 pela ditadura Trujillo – lamentavelmente todos os anos se mostra mais necessário dian- te dos feminicídios cometidos por Estados nacionais ou por homens misóginos.



os feminismos indígenas, os feminismos lésbicos e transexuais estão aportando a ampliação das democracias e das cidadanias a partir de práticas concretas e da produção de conhecimentos que abrangem as experiências de viver o racismo e a discriminação.

Os movimentos de LBTIQ estão aportando às lutas feministas em suas lutas por direitos sexuais e reprodutivos; o reconhecimento do corpo como sujeito dotado de cidadania e, portanto, de direitos.

Portanto, reconhecemos que o RACISMO é estruturante das desigualdades e opressões e provocam múltiplas formas de exclusão em razão da raça, etnia e povos indígenas; Reconhecemos que a branquitude - no sentido de vivência dos benefícios e privilégios - é uma construção sócio histórica produzida pela ideia falaciosa de superioridade racial branca; provocando, muitas vezes uma zona de conforto, um lugar constante de privilégio social, material ou simbólico; Reconhecemos que somente a crítica não nos tira do lugar de conforto; que é preciso mais do que o incômodo com as práticas racistas; Ou seja: Não é possível enfrentar o RACISMO se não discutirmos os privilégios que o sistema eurocêntrico, colonialista confere à branquitude. Trata-se de um grave pro- blema, uma violência contra as mulheres negras e indígenas e que as feministas brancas e não negras têm o dever de desconstruir.

Entendendo que:

O feminismo, desde suas diferentes expressões, deve responder ao desafio da transformação das distintas exclusões e, portanto, do enfrentamento da discussão sobre o racismo, o cissexismo, da discussão, ainda tabu, da relação patroa/empregada e da precariedade e das condições do trabalho doméstico; da difícil incorporação da defesa dos direitos das trabalhadoras do sexo; ou seja o desafio de gestionar democraticamente a diversidade, se quiser, de fato, acabar com as desigualdades.

Para vencer esses desafios as participantes da Assembleia apresentaram algumas propostas:

O Movimento Feminista deve se declarar antirracista. Deve descolonizar-se, enegrecer-se e transgenerizar-se;

O feminismo tem o dever de abraçar a luta antirracista e denunciar a cultura falaciosa da cordialidade que limita a cidadania negra e mantém a desigualdade;

O Feminismo deve rever suas concepções e explicitar o que entende por desigualdade e tratar dos privilégios produzidos pela branquitude promovendo, inclusive, reflexão e espaços de diálogos entre as mulheres brancas ou não negras sobre essa questão;

O Feminismo deve tornar o enfrentamento do racismo e das discriminações contra as mulheres negras e indígenas uma questão de prioridade estratégica nos espaços e processos de luta do movimento feminista;

O Movimento Feminista deve, urgentemente, tanto nas reflexões como nas metodologias de participação, incorporar o entendimento sobre os privilégios que a branquitude confere às mulheres brancas; bem como promover a redistribuição do poder nos mesmos movimentos feministas e não só na sociedade;

O Feminismo deve potencializar estratégias transgressoras e contraculturais que confrontem os desníveis de poder entre as mulheres em sua diversidade, na sociedade e nos feminismos e considere a equivalência das lutas feministas políticas a partir das múltiplas e diversas realidades que vivem as mulheres;

O Feminismo deve abraçar o conceito de interseccionalidade para compreender as múltiplas opressões sofridas pelas mulheres negras e não brancas e construir espaços de diálogos e saberes, gerando culturas políticas contra o racismo, o cissexismo, e a discriminação;

O Feminismo deve radicalizar o que entende sobre democracia e enfrentar o racismo e o cissexismo;

O Movimento Feminista deve incorporar no debate sobre as violências sofridas pelas mulheres, a dimensão da violência racial;

O Movimento Feminista deve repudiar publicamente o racismo e seus efeitos perversos na vida das mulheres, posicionando-se contra a violência, o genocídio e o encarceramento, o não reconhecimento dos direitos, a discrimi- nação, e lutar pela redistribuição dos bens, dos serviços e do poder;

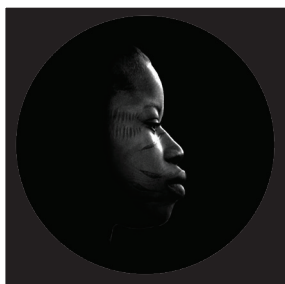
O Movimento Feminista deve colocar na sua agenda o enfrentamento às desigualdades raciais entre nós, mulheres, incluindo essa dimensão nas pautas de luta pela saúde, educação, moradia, direito à terra, ao território e acesso à água, entre outras. Deve abraçar o conceito de interseccionalidade para compreender as múltiplas opressões sofridas pelas mulheres não brancas e construir espaços de diálogos e saberes, gerando culturas políticas contra o racismo, o cissexismo, e a discriminação. Deve incluir o respeito às culturas tradicionais e à história dos povos indígenas.

Por fim, as mulheres feministas em sua diversidade reivindicam fazer parte de todo o processo.

Pensar, elaborar, executar e construir espaços de reflexão; e usufruir dos resultados. E, nesse sentido, necessitam ser ouvidas, acolhidas e de tradução em todas as línguas que falamos nos Encontros Feministas.

Montevideu, 25 de novembro de 2017.

Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres.



Como parte das atividades no XIV EFLAC organizações de mulheres negras lançam projeto de monitoramento da perspectiva racial nos ODS e ODMs

Durante o 14º Encontro Feminista Latinoamericano e Caribenho uma atividade convocada na tarde da sexta-feira (24) lançou o projeto **"Mulheres Negras do Cone Sul: seu retrato em preto e branco"**. Iniciativa formulada numa aliança regional da organizações Geledés (SP), Criola (RJ), Coletiva de Mulheres (do Uruguai), do Coletivo de Mulheres Afrodescendentes Luanda (de Arica, no Chile) e da Rede de Mulheres Afro Matambas (Argentina), o objetivo é analisar comparativamente os dados de gênero e raça dos últimos censos de Argentina, Brasil, Chile, Uruguai e Paraguai com vistas a avaliar o cumprimento das metas dos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODSs) e os Objetivos do Milênio da Organização das Nações Unidas. Com esse material pretende-se verificar com base em dados internacionalmente reconhecidos a situação das populações negras da região do Cone Sul na perspectiva de construir exercícios de incidência para a consecução de políticas públicas de enfrentamento ao racismo.

Embora saiba-se que há na região estudada países em que a sistematização de tais dados tiveram escassos avanços, como no Chile e no Paraguai, e que há uma situação de paralisia das políticas de enfrentamento ao racismo em nações Brasil, Argentina e Uruguai, as organizações avaliam que será possível municiar as articulações e organizações antirracistas para a demanda de políticas públicas na perspectiva da Agenda

20-30 da ONU.

Mais de 60 mulheres representando dezenas de redes e coletivos de mulheres negras, afrolatinas e indígenas de toda a América Latina participaram da atividade.



Créditos:

Texto e editoração:

Luciana Araújo

Fotos: Twitter EFLAC,
Luciana Araújo e Maria
Sylvia.

